



200

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo nº 0296679-0
Agravante: Marco Antônio de Sousa.
Advogado: Elizabeth de Carvalho Simplicio.
Agravado: Estado de Pernambuco e outro.
Procurador: Felipe Lemos de Oliveira Maciel.
RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães.

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR INATIVO TRANSFERIDO PARA A RESERVA COM PROVENTOS EQUIVALENTES AO GRAU HIERÁRQUICO SUPERIOR. INCAPACIDADE DECORRENTE DE DOENÇA SEM RELAÇÃO DE CAUSA E EFEITO COM O SERVIÇO, O QUE AFASTA A PRETENSÃO DO AGRAVANTE AO RECEBIMENTO DO SOLDADO REFERENTE A DOIS GRAUS HIERÁRQUICOS (3º SARGENTO), COM PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS. ART. 21, §2º, DA LCE Nº 59/04 QUE ENCONTRA ÓBITO NO ART. 171, §2º, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. AFASTADA A TESE DA INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 171, §2º DA ECE Nº 16/99. ADICIONAL DE INATIVIDADE. OFENSA A DIREITO ADQUIRIDO. INOCORRÊNCIA. SERVIDOR QUE PASSOU PARA A RESERVA REMUNERADA APÓS O ADVENTO DA EC Nº 16/99. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO AO REGIME JURÍDICO DE COMPOSIÇÃO DOS VENCIMENTOS, DESDE QUE NÃO VIOLADA A GARANTIA DA IRREDUTIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO POR UNANIMIDADE DE VOTOS.

1. No caso dos autos, o agravante, policial militar, foi reformado por incapacidade física definitiva com proventos calculados com base no soldo de Cabo PM (fl.49), com proventos proporcionais, nos termos do art. 83, IV, da Lei nº 10.426/90, conforme Portaria nº 1548 de 29/05/2009 da Funape. Trata-se, portanto, de incapacidade decorrente de doença sem relação de causa e efeito com o serviço, em que pode o autor, inclusive, prover outros meios de sobrevivência na vida civil (fls. 46, item "4").
2. Assim, constatou-se que os proventos do autor/agravante, efetivamente, haveriam de ser calculados com base na remuneração da mesma graduação ocupada na atividade, pelo que improcede o pleito relativo à percepção de valor equivalente à remuneração de Terceiro Sargento, não merecendo retoque o *decisum* recorrido.
3. Ressalte-se, porém, que somente a partir da edição da LC 59/2004 (art.21, §2º) é que foi assegurado ao autor a



201
3

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

percepção dos proventos calculados com base na graduação imediatamente superior à que possuía na ativa, qual seja, Cabo PM.

4. A aplicação do disposto no art. 21, §2º, da LCE nº 59/04 encontra óbice no artigo 171, §2º, da Constituição Estadual, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 16/99, a qual veda a percepção de proventos por ocasião de sua concessão, em valor superior à remuneração que o servidor recebia em atividade.
5. Afastou-se, igualmente, o entendimento segundo o qual o §13 do art. 100, da Constituição Estadual, alterado pela ECE nº 16/99 seria formalmente inconstitucional, uma vez que a indigitada ECE nº 16/99 foi de iniciativa do então Governador do Estado de Pernambuco (Chefe do Poder Executivo Estadual), não se podendo cogitar de vício de iniciativa.
6. Além disso, constatou-se que o fato de a matéria ter sido apreciada pelo quórum qualificado de 3/5 da Assembléia Legislativa (superior ao exigido para aprovação das leis infraconstitucionais) denota a inexistência de prejuízo à segurança jurídica, até porque a ECE nº 16/99 preservou o direito adquirido dos militares que preencheram as condições de transferência para inatividade antes do seu advento.
7. O Adicional de Inatividade, nos moldes estatuídos pela Lei nº 10.426/90, restou extinto com o advento da Emenda Constitucional Estadual nº 16/99.
8. Servidor que passou para a reserva remunerada após o advento da EC nº 16/99.
9. Não há direito adquirido ao regime de composição dos vencimentos
10. Recurso improvido. Decisão unânime.



202
8

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo nº 0296679-0, em sessão realizada no dia 21 / 03 / 2013, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em negar-lhe provimento de forma unânime, nos termos do voto e demais elementos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.I.

Recife, 24 / 03 / 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo nº 0296679-0
Agravante: Marco Antônio de Sousa.
Advogado: Elizabeth de Carvalho Simplício.
Agravado: Estado de Pernambuco e outro.
Procurador: Felipe Lemos de Oliveira Maciel.
RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo intentado contra decisão terminativa proferida nos autos da Apelação Cível em apenso que, monocraticamente, com fulcro no art. 557, *caput*, do CPC, negou seguimento ao apelo, mantendo incólume a sentença recorrida.

Em suas razões (fls.164/188), o agravante praticamente reitera o sustentado em sede de apelação, aduzindo, em síntese, ter sido transferido para a graduação hierárquica inferior à que ele acredita ser a correta (Terceiro Sargento), pelo que a transferência para a reforma na graduação de Cabo teria sido errônea, pois, tendo a sua reforma sido motivada por invalidez total e definitiva para qualquer atividade física, gozaria do direito a até duas promoções na passagem para a inatividade.

Sustentou, ainda, ser devido adicional de inatividade no percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o soldo de Terceiro Sargento, sendo 1% (um por cento) correspondente a cada ano de serviço prestado, retroagindo à data de publicação do ato administrativo de transferência para a Reforma, requerendo, ainda, danos morais e materiais.

Defende, outrossim, a inconstitucionalidade dos §§2º e 3º do art. 171 da Constituição Estadual, requerendo, ao final, o provimento do



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

presente recurso para reforma da decisão agravada com o conseqüente provimento do pleito inicial.

Não sendo caso de ser exercido juízo de retratação, coloco em mesa o recurso para julgamento, posto que preenchidos os requisitos legais.

É o relatório.

Recife, 21 / 03 / 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



205
8

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo nº 0296679-0
Agravante: Marco Antônio de Sousa.
Advogado: Elizabeth de Carvalho Simplicio.
Agravado: Estado de Pernambuco e outro.
Procurador: Felipe Lemos de Oliveira Maciel.
RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães.

VOTO

Analizando o que consta às razões de Agravo, verifico que constituem mera repetição do sustentado em sede de apelação, insuficientes à reforma da decisão recorrida, motivo pelo qual mantenho o meu posicionamento, transcrevendo na íntegra a decisão recorrida, evitando-se, assim, a repetição de argumentos:

Eis o teor da decisão recorrida:

DECISÃO TERMINATIVA

Trata-se de Apelação Cível hostilizando sentença que, nos autos da Ação Ordinária em apenso, julgou improcedentes os pedidos do Autor, servidor militar inativo, no sentido de que fosse concedido a este a promoção imediata referente ao grau hierárquico superior, na forma do disposto no art. 83 da Lei Estadual nº 10.426/90, bem como adicional de inatividade em 25% (vinte e cinco por cento), danos morais e materiais, extinguindo o processo com fulcro no art. 269, I, do CPC.

Em suas razões recursais (fls. 99/120), sustenta o Apelante, em síntese, ter sido transferido para a graduação hierárquica inferior à que ele acredita ser a correta (Terceiro Sargento), alegando que a transferência para a reforma na graduação de Cabo teria sido errônea, pois, conforme aduz, tendo a sua reforma sido motivada por invalidez total e definitiva para qualquer atividade física, gozaria do direito a até duas promoções na passagem para a inatividade.

Sustentou, ainda, ser devido adicional de inatividade no percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o soldo de Terceiro Sargento, sendo 1% (um por cento) correspondente a cada ano de serviço prestado, retroagindo à data de publicação do ato

206



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

administrativo de transferência para a Reforma, requerendo, ainda, danos morais e materiais.

Pugnou, ao final, pelo provimento do apelo com a reforma do decisum recorrido, julgando-se totalmente procedentes os pedidos iniciais.

Contrarrrazões nos autos (fls.124/136), pela manutenção da sentença.

Cota ministerial de não intervenção às fls. 147/148.

É o que importa relatar. DECIDO.

Analizando o que consta dos autos, tenho que o apelante, policial militar, foi reformado por incapacidade física definitiva com proventos calculados com base no soldo de Cabo PM (fl.49), com proventos proporcionais, nos termos do art. 83, IV, da Lei nº 10.426/90, conforme Portaria nº 1548 de 29/05/2009 da Funape.

O referido dispositivo legal conta com a seguinte redação, in verbis:

Art. 83: O servidor militar que, na forma da legislação em vigor, for reformado por ter sido julgado incapaz definitivamente, terá seus proventos calculados de acordo com os parágrafos deste artigo, quando a incapacidade resultar dos seguintes motivos:

(...)

IV- Acidente, doença, moléstia ou enfermidade, sem relação de causa e efeito com o serviço.

(....)

§3º- O servidor militar terá os seus proventos proporcionais ao tempo de serviço, referidos ao posto ou graduação que possuía na ativa, além das vantagens a que fizer jus, quando incapacitado pelos motivos constantes do inciso IV do "caput" deste artigo, desde que não tenha sido considerado inválido, e o montante dos proventos não poderá ser inferior do soldo ou graduação que percebia em atividade.

(Negritei).

Trata-se, portanto, de incapacidade decorrente de doença sem relação de causa e efeito com o serviço, em que pode o autor, inclusive, prover outros meios de sobrevivência na vida civil (fls. 46, item "4").

Assim, tenho que os proventos do autos, efetivamente, haveriam de ser calculados com base na remuneração da mesma graduação ocupada na atividade, pelo que improcede o pleito relativo à percepção de valor equivalente à remuneração de Terceiro Sargento, não merecendo retoque o decisum recorrido.

Em idêntico sentido já se pronunciou esta relatoria.



207
8

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR MILITAR. REFORMA POR INVALIDEZ. LEI Nº 10.426/90, ART. 83, § 2º, II. PROVENTOS EQUIVALENTES AO SOLDADO INTEGRAL DO POSTO OU GRADUAÇÃO QUE POSSUÍA NA ATIVA. APELO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Trata-se de Apelação Cível interposta em face de sentença proferida na Ação Ordinária nº 0005018-93.1996.8.17.0001, a qual foi julgada totalmente improcedente.

2. O cerne da questão consiste apenas em verificar se o ato de reforma do apelante está de acordo com a legislação aplicada ao caso.

3. De acordo com os autos pode-se tecer as seguintes conclusões:

1) a Lei nº 10.426/90, de caráter especial, disciplina a remuneração dos servidores militares do Estado de Pernambuco e, dentre outras providências, a reforma e a percepção dos proventos integrais e proporcionais, conforme a situação; 2) de acordo com a documentação acostada, o autor/apelante é portador de patologia incapacitante para o exercício de atividades que necessitem de grandes esforços físicos; 3) apesar de ter sido reformado por incapacidade física definitiva incompatível com a vida militar, não há qualquer prova nos autos de que a enfermidade foi adquirida em decorrência das condições inerentes aos serviços prestados pelo servidor.

4. O apelante pleiteia a percepção de proventos calculados com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediato ao que possuía na ativa, de acordo com os artigos 45 e 97, parágrafo único, do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Pernambuco. Entretanto, a norma apontada pelo apelante diz respeito a doenças graves, cujo rol é taxativo, mesmo assim, alega em sua peça recursal que se enquadra na condição de "neoplasia maligna de qualquer natureza", o que, sem maiores conhecimentos da área médica, pode-se concluir que não tem nenhuma relação com o diagnóstico apresentado nos autos, ou seja, de "escoliose lombar à direita, espondiloartrose cervical e lombar e pinçamento discal L5/S1 à direita".

5. No caso em análise, o apelante foi aposentado pela norma constante no artigo 83, § 2º, II, da Lei nº 10.426/90, conforme a Portaria do Comando Geral nº 1581 de 13/09/1995 (fls. 09).

6. Recurso de Apelação improvido à unanimidade de votos.¹

Ressalte-se, porém, que somente a partir da edição da Lei Complementar nº 59/04 (art. 21, § 2º) é que foi assegurado ao Autor a percepção dos proventos calculados com base na graduação imediatamente superior à que possuía na ativa, qual seja, Cabo PM, que é aquela imediatamente superior à que este possuía em atividade.

¹ TJPE, APL 50189319968170001 PE 0005018-93.1996.8.17.0001 Relator(a): José Ivo de Paula Guimarães. Julgamento: 01/03/2012. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Publicação: 49



208

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Como o Autor, em atividade, possuía a graduação de Soldado PM, os seus proventos passaram a ser calculados com base na graduação de Cabo PM.

No presente caso, o Autor/Apelante pretende a aplicação do disposto no art. 98, §2º, "c", da Lei nº 6.783/94, o qual conta com a seguinte redação, in verbis:

Art. 98- O policial militar da ativa, julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes do item I, do art. 96, será reformado com a remuneração calculada com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediato ao que possuía na ativa.

(...)

§2º- Considera-se, para efeito deste artigo, grau hierárquico imediato:

(...)

*c) O de Terceiro-Sargento PM, para Cabo e Soldado PM.
(Negritei)*

O referido dispositivo legal, com o advento da Emenda nº 16/99, deixou de regular a condição de militar inativo estadual no que pertine à possibilidade de aposentadoria com base no soldo da graduação superior, em virtude do disposto no art. 100, §13º, da Constituição do Estado de Pernambuco.

A sobredita emenda, ao alterar os artigos 100, §13º e 171, §§ 2º e 3º da Constituição do Estado de Pernambuco, estendeu aos servidores militares as vedações aplicadas aos servidores públicos civis, determinando que os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderiam exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou serviu de referência para a concessão de pensão (art. 171, §2º, da CE/89).

É cediço que a emenda estadual em questão buscou harmonizar a Constituição Estadual com as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 20/98 na Carta da República, a qual, disciplinando o regime previdenciário dos servidores civis e militares, estabeleceu, dentre outras regras, a de que os servidores públicos não poderiam aposentar-se com proventos superiores aos percebidos na ativa (redação dada ao art. 40, §2º, da CF/88).

Ocorre que, tendo em vista a previsão contida no art. 42, §1º, da CF/88, com redação dada pela EC nº 20/98, segundo a qual foram expressamente excluídos os militares da supramencionada regra estabelecida no art. 40, §2º, passou-se a sustentar que o §13º do art. 100, da Constituição Estadual, alterado pela ECE nº 16/99, seria formalmente inconstitucional por ter determinado a aplicação aos servidores militares estaduais da vedação prevista no art. 171,



209
8

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

§§ 2º e 3º, sob o argumento da ocorrência de usurpação de competência do Chefe do Poder Executivo.

Em outras palavras, a tese da inconstitucionalidade formal do art. 100, §13, da CE/89 se fundamenta na idéia de que, se a Constituição da República previu expressamente que o regime de transferência dos servidores militares à inatividade deveria ser regulado por Lei Específica Estadual, não poderia uma Emenda Constitucional Estadual ter disciplinado a matéria, sob pena de violação à reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

Não me filio ao aludido entendimento, uma vez que a indigitada ECE nº 16/99 foi de iniciativa do então Governador do Estado de Pernambuco (Chefe do Poder Executivo Estadual), não se podendo cogitar de vício de iniciativa.

Outrossim, o fato da matéria ter sido apreciada pelo quórum qualificado de 3/5 da Assembléia Legislativa (superior ao exigido para aprovação das leis infraconstitucionais) denota a inexistência de prejuízo à segurança jurídica, até porque a ECE nº 16/99 preservou o direito adquirido dos militares que preencheram as condições de transferência para inatividade antes do seu advento.

Corroborando este entendimento, colaciono ementa de recente julgado do STF onde, em situação análoga, restou declarada a inconstitucionalidade de artigo inserido na Constituição do Estado de Rondônia por meio de Emenda Constitucional em virtude da mesma ter sido iniciada pela Assembléia Legislativa, senão vejamos:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EMENDA CONSTITUCIONAL QUE DISPÕE SOBRE REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE RONDÔNIA. PROJETO ORIGINADO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. VÍCIO RECONHECIDO. VIOLAÇÃO À RESERVA DE INICIATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE. I - À luz do princípio da simetria, a jurisprudência desta Suprema Corte é pacífica ao afirmar que, no tocante ao regime jurídico dos servidores militares estaduais, a iniciativa de lei é reservada ao Chefe do Poder Executivo local por força do artigo 61, § 1º, II, f, da Constituição. II - O vício formal não é superado pelo fato de a iniciativa legislativa ostentar hierarquia constitucional. III - Ação direta julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade do artigo 148-A da Constituição do Estado de Rondônia e do artigo 45 das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta local, ambos acrescidos por meio da Emenda Constitucional 56, de 30 de maio de 2007 (ADI 3930 / RO, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, DJ 16/09/2009).

Assim é que, tendo as leis nº 6.783/74 e 10.426/90, sido derrogadas pela ECE 16/99, ficou resguardado apenas o direito adquirido daqueles que já houvessem sido transferidos à



210
8

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

inatividade ou que houvessem atendido os requisitos legais para aposentação antes das modificações implementadas pela ECE 16/99, o que não é o caso do Autor/Apelante.

Ressalte-se, novamente, que apenas a partir da LCE 59/04 voltou a ser previsto no ordenamento jurídico estadual a percepção, pelos militares inativos, de proventos calculados com base na remuneração correspondente ao posto ou graduação imediatamente superior ao que ocupavam na ativa, que, no presente caso, corresponde ao posto de Cabo PM e não Terceiro Sargento PM (na forma prevista no art. 98, §2º da Lei nº 6.783/74 revogada pela ECE 16/99), pelo que o decisum recorrido não merece reparos.

No que tange ao adicional de inatividade, igualmente não merece acolhida a pretensão autoral.

Como cediço, a Lei Estadual nº 10.426/90 assegurou aos servidores militares uma espécie de premiação pela antiguidade na corporação, o adicional de inatividade, que, nos termos do art. 91, é devido no percentual de 25% (vinte por cento), quando o tempo de serviços prestados for de 25 (vinte e cinco) anos e de 30% (trinta por cento), quando o tempo computado for de 30 (trinta) anos.

Ocorre que, a sobredita vantagem pecuniária fora extinta com o advento da Emenda Constitucional nº 16, de 04 de junho de 1999, que, ao alterar os artigos 100, §13º e 171, §§ 2º e 3º da Constituição do Estado de Pernambuco, vedou o pagamento, aos servidores públicos militares do Estado, de proventos de inatividade em valor superior à remuneração do respectivo servidor no cargo em que se deu a passagem para a inatividade, conforme já ressaltado.

A supracitada alteração promovida pela EC nº 16/99, por sua vez, motivou a edição da Lei Complementar Estadual nº 27/99, que, em seu art. 10, terminou por restringir a concessão do adicional de inatividade aos servidores públicos militares que em 04 de junho de 1999 (época da entrada em vigor da EC nº 16/99) já tivessem preenchido os requisitos legais para o ingresso na inatividade remunerada.

Neste sentido, eis o teor do art. 10, da LCE nº 27/99:

Art. 10 O Adicional de Inatividade, devido aos militares estaduais que tenham preenchido os requisitos legais para ingresso na inatividade remunerada até o dia 04 de junho de 1999, incide sobre o total da remuneração, compreendendo a soma do soldo ou quotas de soldo e, quando for o caso, com os acréscimos legais e as gratificações incorporáveis.



211
8

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Parágrafo único. Para fins de aplicação do disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 16 da Lei Complementar nº 13, de 30 de janeiro de 1995, entende-se por parcelas integrantes da base de incidência do adicional de inatividade, as mesmas que compõem a remuneração dos militares estaduais, referidas neste artigo.

Por outro lado, destaque-se que mesmo os servidores enquadrados na hipótese do art. 10 da LCE nº 27/99 sofreram as modificações implementadas pela LCE nº 32/01 e posteriormente LCE nº 59/04 (art. 19), que modificaram a forma de composição salarial dos servidores militares ativos e inativos, de maneira que as gratificações, adicionais e outros acréscimos pecuniários percebidos pelos mesmos deixaram de ser calculadas na forma de percentual incidente sobre o soldo e passaram a constituir parcelas autônomas com valor nominal fixo e desvinculado.

Vale evidenciar, ainda, que a jurisprudência pátria é uníssona no sentido de que não há direito adquirido do servidor público estatutário à inalterabilidade do regime jurídico pertinente à composição dos vencimentos, desde que a eventual modificação introduzida por ato legislativo superveniente preserve o montante global da remuneração e, em consequência, não provoque decesso de caráter pecuniário.

Neste sentido, a jurisprudência do STF e do STJ, senão vejamos:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. VENCIMENTOS. GRATIFICAÇÃO. DECRETO-LEI N. 2.438/88 E LEI N. 7.923/89. VANTAGEM INCORPORADA. DIREITO ADQUIRIDO. REGIME JURÍDICO. INEXISTÊNCIA. 2. O Supremo Tribunal Federal fixou jurisprudência no sentido de que não há direito adquirido à regime jurídico-funcional pertinente à composição dos vencimentos ou à permanência do regime legal de reajuste de vantagem, desde que eventual modificação introduzida por ato legislativo superveniente preserve o montante global da remuneração, não acarretando decesso de caráter pecuniário. Precedentes. Agravo regimental a que se dá provimento (RE-AgR 433621 / CE, Rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, DJ 12/02/2008).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. INEXISTÊNCIA. AFRONTA A DISPOSITIVO DA LEI DISTRITAL N.º 2.675/2001. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 280 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. É inviável o exame de eventual ofensa a dispositivo de legislação distrital, em face da incidência, por analogia, da Súmula n.º 280 do Supremo Tribunal Federal, que veda a interpretação da lei local em sede de recurso especial. 2. Não há impedimento que a Administração promova alterações na composição dos vencimentos dos servidores públicos, retirando vantagens, gratificações, reajustes etc, desde que não haja redução do montante até então percebido, uma vez que inexistente direito adquirido a regime jurídico. Precedentes. 3.



212
8

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo regimental desprovido (AgRg no Ag 938118 / DF, Rel. Min. Laurita Vaz, T5, DJ 28/02/2008).

No caso dos autos, o que restou evidenciado é que a Administração nos ditames das Leis Complementares nº 032/2001 e 059/2004 apenas transformou a gratificação perseguida pelo apelante em parcela autônoma, sem com isso trazer qualquer prejuízo financeiro ao apelante, não estando configurado o decesso remuneratório, posto que, ao suprimir a aludida gratificação, houve a incorporação de seu valor ao soldo.

Incabíveis, consequentemente, os pedidos de danos morais e materiais.

Assim, em face do exposto, com fulcro no art. 557, caput, do CPC, nego seguimento ao recurso, mantendo incólume a sentença de improcedência recorrida.

P. I.

Recife, 22 de fevereiro de 2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator

Assim, com base nos mesmos fundamentos constantes da decisão agravada, voto pelo improvimento do presente Agravo, com a manutenção desta em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 21 / 03 / 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator